



EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO DO JACUIPE ENTRE 2012-2022: UMA ANÁLISE DE DOCUMENTOS NORMATIVOS

Udmilla Moura Contes Fortunato¹; Selma dos Santos²

¹ Mestre em Ciências Ambientais, Licenciada em Geografia, Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Formação de Professores (NUFOP/UEFS). udfortunato@gmail.com

² Professora Orientadora, Doutora em Educação e Contemporaneidade, Departamento de Educação. Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Formação de Professores (NUFOP). - Universidade Estadual de Feira de Santana. E-mail: selmapibid@uefs.br

**EIXO TEMÁTICO 6: POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO EDUCACIONAL E
ESCOLAR NA EJA**

RESUMO

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) constitui uma importante política pública voltada à garantia do direito à educação básica para aqueles que, por diferentes motivos, não tiveram acesso ou continuidade nos estudos durante a idade considerada regular (Vasques; Anjos; Souza, 2019). Mais do que uma modalidade específica, a EJA representa um campo de inclusão social e de promoção da cidadania (Lira; Silva; Barbosa, 2022), permitindo que jovens, adultos e idosos possam reconstruir suas trajetórias educacionais e fortalecer sua participação na vida social, cultural e política. Nesse sentido, a EJA reflete o ideal de um Estado comprometido com a justiça social e a aprendizagem ao longo da vida, mas também denuncia a persistência de lacunas políticas e institucionais que limitam a efetividade desse direito (Arroyo, 2005).

A trajetória da EJA no país é marcada por avanços e retrocessos, especialmente em relação à descontinuidade das políticas públicas e ao reconhecimento da importância dessa modalidade dentro do sistema educacional (Lages; Machado; Santan'ana, 2024). Nas últimas décadas, a EJA passou a ser tratada de forma mais estruturada nas legislações nacionais, como a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) e Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos (Brasil, 2000), que asseguram o direito à educação a todos os cidadãos e atribuem ao poder público a responsabilidade de garantir o acesso e a permanência na escola. Além disso, planos e programas educacionais em âmbito federal, estadual e municipal têm buscado definir metas e estratégias específicas para atender ao público da EJA, reconhecendo sua diversidade, suas necessidades e suas potencialidades como sujeitos de aprendizagem (Costa, *et al.*, 2025).

Apesar dos avanços normativos, a efetivação da EJA ainda enfrenta inúmeros desafios, entre eles a baixa oferta de turmas, a evasão escolar, a carência de materiais didáticos adequados, a formação docente específica e a falta de articulação entre as políticas educacionais e as demandas locais (Costa; Amorim, 2021). Diante desse cenário, torna-se fundamental analisar como os municípios têm planejado e implementado políticas voltadas à EJA, compreendendo em que medida os instrumentos legais e o planejamento educacional expressam o compromisso com a inclusão e a equidade, haja vista, a



atribuição aos municípios responsabilidades diretas pela formulação, execução e avaliação de suas políticas educacionais (Brasil, 1996; Libâneo, 2016).

Neste contexto, o município de Conceição do Jacuípe, situado na Bahia, reflete os desafios e as possibilidades inerentes à implementação das políticas públicas educacionais, sobretudo as que se referem a EJA. O Município integra o Consórcio Público de Desenvolvimento Sustentável Portal do Sertão (Portal do Sertão, 2025). É também um dos municípios que compõem a Região Metropolitana de Feira de Santana. Essas características territoriais, sociais e administrativas influenciam diretamente a forma como as políticas educacionais são planejadas, implementadas e avaliadas, reforçando a necessidade de uma análise detalhada das ações voltadas à EJA.

A partir dessa perspectiva, questiona-se de que forma o município de Conceição do Jacuípe incorpora, em seu planejamento educacional, os princípios e diretrizes voltados à Educação de Jovens e Adultos? Em que medida os instrumentos normativos municipais refletem o compromisso com a equidade, a permanência e a qualidade do ensino para jovens e adultos? Desse modo, objetivou-se analisar o Ensino de Jovens e Adultos no município de Conceição do Jacuípe, investigando como os instrumentos normativos municipais expressam o planejamento e a gestão dessa modalidade de ensino. Os resultados integram a pesquisa intitulada "A Gestão da Educação na Região Metropolitana de Feira de Santana no período de 2012 a 2022: desafios e perspectivas", desenvolvido no Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Formação de Professores (NUFOP), sediado na Universidade Estadual de Feira de Santana, na Bahia.

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa de abordagem qualitativa, de natureza descritiva e analítica (Denzin; Lincoln, 2006). A escolha por essa abordagem se justifica pela intenção de compreender e interpretar as concepções e diretrizes referentes à Educação de Jovens e Adultos (EJA) a partir dos documentos oficiais que orientam o planejamento e a gestão educacional do município de Conceição do Jacuípe. A pesquisa qualitativa possibilita analisar as políticas públicas de modo interpretativo, considerando o contexto histórico, social e político em que foram elaboradas.

Como procedimento técnico, adotou-se a pesquisa documental, que consiste na análise sistemática de fontes primárias e secundárias com o objetivo de identificar informações relevantes ao objeto de estudo (Gil, 2008). Selecionou-se como principal documento de análise, o Plano Municipal de Educação (PME/2015; 2019), por compreender os marcos legais que expressam as orientações e metas para o desenvolvimento da educação local, incluindo a modalidade da EJA. Ainda nesse contexto, a análise dos documentos também segue a perspectiva do ciclo de políticas (Mainardes; Ball, 2019), que permite interpretar e entender os documentos normativos no contexto dos debates e políticas educacionais como processos dinâmicos e sociais.

No Município, a Educação de Jovens e Adultos (EJA) é ofertada principalmente no Ensino Fundamental, tanto no período diurno quanto noturno, nas escolas municipais Sérgio Cardoso, Nossa Senhora da Conceição e Pindobas (Conceição do Jacuípe, 2015; 2019). O Ensino Médio, entre 2012 e 2022 era disponibilizado pela rede estadual, na Escola Domingos Barros de Azevedo e Colégio Estadual de Conceição do Jacuípe, atualmente apenas nesta última. O público da EJA é composto por jovens, adultos e idosos, em sua maioria moradores de áreas populares, trabalhadores urbanos e rurais, assalariados da construção civil, transporte, segurança, comércio, setor doméstico e atividades informais ligadas à agricultura e à pecuária (Conceição do Jacuípe, 2015;



2019). Essa diversidade evidencia a complexidade das demandas educacionais e sociais enfrentadas pelo Município.

Embora a EJA seja um direito constitucional, a realidade municipal ainda apresenta desafios significativos para garantir a inclusão e a permanência de todos os estudantes. O PME relata que o analfabetismo funcional permanece como um problema central, exigindo práticas pedagógicas contextualizadas, com atividades de leitura e escrita aplicadas a situações reais de uso. Ainda nesse sentido, destaca-se o esforço dos professores, incluindo a busca ativa de alunos fora da escola, o que demonstra a importância da atuação docente para ampliar o acesso e a continuidade dos estudos, mas também evidencia lacunas estruturais que precisam ser superadas (Conceição do Jacuípe, 2015; 2019).

O Plano Municipal de Educação incorpora os princípios e diretrizes da Educação de Jovens e Adultos (EJA) em seu planejamento educacional por meio de metas voltadas à alfabetização, inclusão, permanência e qualificação dos estudantes. A Meta 8 propõe a elevação da taxa de alfabetização da população com 15 anos ou mais e a redução do analfabetismo funcional, mediante estratégias como acompanhamento pedagógico individualizado, recuperação parcial de conteúdos e priorização de estudantes com defasagem idade-série. Já a Meta 9 reforça o acesso e a continuidade escolar, ao prever a oferta gratuita da EJA, diagnóstico da demanda ativa por vagas, implementação de ações de alfabetização com garantia de continuidade, incentivos financeiros e sociais, além de programas de transporte, alimentação, saúde e capacitação tecnológica (Conceição do Jacuípe, 2015; 2019)

Apesar do planejamento detalhado, existem limitações significativas na efetivação dessas políticas. A Tabela 1 evidencia que toda a oferta se concentra na zona urbana, sem registro de matrículas ou turmas em áreas rurais. Essa ausência de escolas na zona rural evidencia uma desigualdade territorial persistente, deixando de atender jovens, adultos e idosos residentes em localidades mais afastadas, que muitas vezes enfrentam barreiras socioeconômicas e de deslocamento para acessar a educação.

Tabela 1. Matrícula Inicial na Educação de Jovens e Adultos no município de Conceição do Jacuípe, por dependência administrativa e localização (2012-2022).

ANOS	MUNICIPAL		ESTADUAL	
	URBANA	RURAL	URBANA	RURAL
2012	325	0	584	0
2013	302	0	503	0
2014	245	0	470	0
2015	161	0	386	0
2016	174	0	403	0
2017	238	0	295	0
2018	239	0	234	0
2019	245	0	179	0
2020	174	0	102	0
2021	118	0	105	0



2022

215

0

101

0

Fonte: PME/Conceição do Jacuípe (2015/2019); Censo Escolar INEP/Brasil (2025). Adaptado pelas autoras.

Além disso, observa-se uma queda expressiva nas matrículas ao longo do período 2012-2022: na rede municipal, de 325 para 118 alunos, com recuperação parcial em 2022 (215), e na rede estadual, de 584 para 101 matrículas. Esses números indicam que, embora as metas municipais sejam abrangentes e bem formuladas, a implementação enfrenta barreiras estruturais, sociais e logísticas que comprometem o acesso e a permanência dos estudantes, sobretudo na população rural, que permanece invisibilizada no planejamento efetivo da EJA.

Ainda no contexto de planejamento, o PME indica a articulação da Secretaria Municipal de Educação com parceiras com os governos estadual e federal, além de instituições privadas como o SESI, que oferecem programas de alfabetização e cursos de EJA, como o PBA – Programa Brasil Alfabetizado e o TOPA – Todos pela Alfabetização, o que reflete a preocupação do Município em ampliar o acesso à educação, promover a continuidade escolar e vincular a formação educacional à preparação para o trabalho, buscando consolidar a EJA como uma modalidade com identidade própria.

As estratégias previstas no planejamento incluem o diagnóstico da demanda ativa por vagas, o acompanhamento e monitoramento pedagógico dos estudantes, a oferta de transporte escolar gratuito para alunos de localidades distantes, a disponibilização de merenda escolar e a promoção da formação continuada dos docentes da EJA (Conceição do Jacuípe, 2015; 2019). Tais medidas evidenciam que os instrumentos normativos municipais incorporam, em teoria, os princípios de equidade, permanência e qualidade do ensino, reconhecendo as especificidades do público atendido e as necessidades educacionais diferenciadas.

No entanto, a implementação prática dessas diretrizes ainda enfrenta limitações estruturais e sociais significativas. Apesar de a matrícula na EJA ser aberta a todas as escolas do Município, nem todas possuem turmas devido à baixa demanda nas proximidades, especialmente nas zonas rurais, o que compromete a universalização do acesso. Além disso, há desafios relacionados à infraestrutura, como espaços físicos inadequados, iluminação insuficiente, transporte limitado, carência de merenda escolar e falta de materiais didáticos apropriados. Aspectos pedagógicos e administrativos, somados a barreiras sociais e à falta de tecnologia adequada, contribuem para a dificuldade de garantir permanência e qualidade do ensino.

Portanto, embora o planejamento e os instrumentos normativos municipais expressem um compromisso com a inclusão, a equidade e a qualidade da EJA, a realidade operacional indica que esses objetivos ainda não são plenamente alcançados. A tensão entre as diretrizes planejadas e os desafios concretos do município evidencia a necessidade de ações mais articuladas, que considerem as especificidades locais, ampliem a cobertura em áreas rurais e fortaleçam o acompanhamento pedagógico, a infraestrutura e os recursos necessários para efetivar o direito à Educação de Jovens e Adultos.

Palavras-chave: Políticas públicas; Planejamento educacional; Gestão municipal; EJA.



REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel Gonzales. Educação de jovens e adultos: um campo de direitos e de responsabilidade pública. In: SOARES, Leôncio José Gomes; GIOVANETTI, Maria Amélia; GOMES, Nilma Lino. **Diálogos na educação de jovens e adultos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. p. 19-50.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 06 ago. 2025.

_____. **Lei nº 9.394, 20 de dezembro de 1996**. Estabelece a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 28 ago. 2025.

_____. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução Nº. 1/2000, de 3 de julho de 2000, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação de Jovens e Adultos.

CONCEIÇÃO DO JACUIPE (Município). **Lei Municipal nº 604, de 19 de junho de 2015**. Institui o Plano Municipal de Educação – PME no Município de Conceição do Jacuípe para os fins que menciona, e dá outras providências. Diário Oficial do Município de Conceição do Jacuípe, edição nº 642, 22 jun. 2015. Disponível em: <https://sai.io.org.br/Handler.ashx?f=diario&query=642&c=203&m=0>. Acesso em: 10 jul. 2025.

_____. **Lei Municipal nº 687, de 08 de abril de 2019**. Modifica o anexo da Lei Municipal nº 604, de 22 de junho de 2015, que dispõe sobre o Plano Municipal de Educação – PME do Município de Conceição do Jacuípe – BA e dá outras providências. Diário Oficial do Município de Conceição do Jacuípe, edição nº 1921, 08 abr. 2019. Disponível em: <https://sai.io.org.br/Handler.ashx?f=diario&query=1921&c=203&m=0>. Acesso em: 10 jul. 2025.

_____. **Lei Orgânica do Município de Conceição do Jacuípe**. Promulgada em 5 de abril de 1990; atualizada pela Emenda à Lei Orgânica nº 1, de 17 de setembro de 2009. Disponível em: <https://www.seprod.com.br/concursos/087.pdf>. Acesso em: 01 set. 2025.

_____. **Lei Orgânica do Município de Conceição do Jacuípe**. Promulgada em 5 abr. 1990. Alterada pela Emenda à Lei Orgânica nº 02, de 29 set. 2011, e pela Emenda à Lei Orgânica nº 03, 15 ago. 2016.

COSTA, Danielle Sobral Porto; AMORIM, Antonio. Desafios e perspectivas dos alunos da EJA na escola contemporânea. **Cadernos de Educação Básica**, v. 5, n. 3, p. 25-44, 2020.

COSTA, S. B.; JUNIOR, A. S. C.; MENÊZES, M. C. de; BONFIM, R. D. Políticas públicas municipais de Educação de Jovens e Adultos (EJA) na legislação dos municípios. **Revista ComCiência - Multidisciplinar**, [S. l.], v. 10, n. 14, p. e10142511, 2025. DOI: 10.36112/issn2595-1890.e10142511. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/comciencia/article/view/22319>. Acesso em: 23 out. 2025.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. Introdução: a disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. In: DENZIN, N. K. e LINCOLN, Y. S. (Orgs.). **O planejamento da**



pesquisa qualitativa: teorias e abordagens. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006. p. 15-41.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. 4. reimpr. São Paulo: Atlas, 2008.

LAGES, Rita Cristina Lima; MACHADO, Josiane Aparecida; SANT'ANA, Rivânia Maria Trotta. Avanços e desafios das políticas públicas para a Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil. **Cadernos Cajuína**, [S. l.], v. 9, n. 2, p. e249224, 2024. DOI: 10.52641/cadcajv9i2.269. Disponível em: <https://v3.cadernoscajuina.pro.br/index.php/revista/article/view/269>. Acesso em: 23 out. 2025.

LIRA, Rarissa Maiara Fernandes de; SILVA, Cristiane Maria Monteiro; BARBOSA, Márcia Regina. A EJA x inclusão social: um debate inspirado nos pensamentos freireanos e na ideia prometeica da escola como viés de ascensão social The EJA x social inclusion: a debate inspired by freirean thoughts and the promethean idea of school as a means of social ascension. **Brazilian Journal of Development**, v. 8, n. 6, p. 47997-48007, 2022.

MAINARDES, Jefferson; BALL, Stephen J. (Orgs.) **Políticas educacionais: questões e dilemas**. 5. reimpr. São Paulo: Cortez, 2019.

PORTAL DO SERTÃO. **Consórcio Público de Desenvolvimento Sustentável**. Disponível em: <https://www.portaldosertao.ba.gov.br/o-consorcio.php>. Acesso em: 9 set. 2025

VASQUES, Cristiane Cordeiro; ANJOS, Maylta Brandão dos; SOUZA, Vera Lucia Gomes de. Políticas públicas para a Educação de Jovens e Adultos (EJA). **Revista Educação Pública**, v. 19, nº 16, 13 de agosto de 2019. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/19/16/politicas-publicas-para-a-educacao-de-jovens-e-adultos-eja-a-escola-como-local-de-excelencia-para-a-realizacao-dos-processos-de-ensino-e-aprendizagem>